**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Procuradoria Jurídica

LEI 1.500, DE 11 DE JULHO DE 2005

**DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DOS DÉBITOS
INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Ouro Branco decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A cobrança dos débitos inscritos na Dívida Ativa do Município de Ouro Branco, decorrentes dos tributos municipais e regularmente lançados ou dos débitos decorrentes de obrigações não tributárias, em qualquer das hipóteses não adimplidas pelos titulares da obrigação, rege-se-á pelas disposições desta Lei.

Art. 2º Os benefícios desta Lei serão deferidos aos contribuintes que regularizarem sua situação no prazo de 90 (noventa) dias contados da sua publicação.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder anistia referente aos juros de mora e multas, ao contribuinte inscrito na Dívida Ativa e que procurar o Município para promover o adimplemento do débito, no prazo fixado no art. 2º.

§ 1º - Os débitos inscritos na Dívida Ativa terão os seus valores atualizados monetariamente até a data do pagamento a vista ou da assinatura do Termo de Acordo previsto no art. 4º.

§ 2º - A anistia prevista no *caput* obedecerá aos seguintes critérios:

I - 100% (cem por cento) para pagamento a vista, em parcela única;

II - 75% (setenta e cinco por cento) para pagamento em até três parcelas;

**Praça Sagrados Corações, 200 – Centro
Ouro Branco – Minas Gerais – 36420-000**

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria Jurídica

III - 50% (cinquenta por cento) para pagamento em até seis parcelas.

Art. 4º O Município poderá deferir o pagamento parcelado dos débitos inscritos na Dívida Ativa, em até 12 (doze) parcelas.

§ 1º - O valor de cada parcela não será inferior a R\$30,00 (trinta reais).

§ 2º - A falta de pagamento de duas prestações implicará imediata rescisão do parcelamento e ensejará o ajuizamento da ação de execução fiscal.

§ 3º - Para recolhimento parcelado será lavrado Termo de Acordo de Pagamento de Débitos Fiscais, que implicará, pelo contribuinte, o reconhecimento irretratável da dívida, inclusive para o fim de suspensão da prescrição quinquenal.

Art. 5º No mês subsequente ao encerramento do período fixado para a cobrança administrativa, verificar-se-á junto ao Setor de Arrecadação e Tributação a relação de contribuintes cujos débitos ainda permanecem inscritos na Dívida Ativa, com vistas aos procedimentos da cobrança judicial.

§ 1º - Levantados os débitos, estes serão individualizados por contribuinte, quando serão agrupados num único documento todos os valores apurados.

§ 2º - O relatório será enviado à Procuradoria Geral para que ajuíze a Ação de Execução, submetendo-se o contribuinte ao ônus da sucumbência, incluídos os honorários advocatícios e custas processuais, na forma da Lei.

§ 3º - Não serão objeto de execução fiscal os débitos cujos valores forem inferiores aos custos da cobrança.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar transação com sujeitos passivos inscritos na Dívida Ativa para extinção da obrigação tributária, consistente em dação em pagamento de bens imóveis localizados no perímetro urbano do Município de Ouro Branco, com autorização legislativa.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Procuradoria Jurídica

Parágrafo único - As condições gerais da dação em pagamento serão fixadas em regulamento do Executivo Municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Ouro Branco, 11 de julho de 2005.

Pe. Rogério de Oliveira Pereira
Prefeito Municipal

Dra. Maria José Honorato dos Santos
Procuradora Geral